

PRIVATIZAÇÃO, CASTIGO E POLÍTICA DE BONIFICAÇÃO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE MARXISTA.

PRIVATIZACIÓN, CASTIGO Y POLÍTICA DE BONOS EDUCATIVOS: UN ANÁLISIS MARXISTA.

PRIVATIZATION, PUNISHMENT AND EDUCATIONAL BONUS POLICY: A MARXIST ANALYSIS.

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i2.56412>

Arminda Rachel Botelho Mourão¹

William de Farias Barros²

Resumo: O presente trabalho analisa como ocorre o processo de privatização do ensino público no Brasil. Como objetivo geral analisaremos a privatização da educação ancorada em três elementos, a privatização, a política de bonificação e os castigos educacionais. Os objetivos específicos são: Compreender como ocorre o processo de privatização escolar a partir da política de bonificação; Investigar as ideologias presentes na política de bonificação; O artigo está dividido em três seções, a primeira visa explorar o processo de construção da propriedade privada; o segundo compreender como as políticas de bonificação favorecem a privatização do ensino; o terceiro expor os castigos educacionais. A epistemologia deste artigo é baseada no materialismo histórico dialético.

Palavras-chave: Propriedade privada. Política de bonificação. Castigo.

Resumen: Este artículo analiza cómo ocurre el proceso de privatización de la educación pública en Brasil. Como objetivo general analizaremos la privatización de la educación anclada en tres elementos, privatización, política de bonificación y castigos educativos. Los objetivos específicos son: Comprender cómo se produce el proceso de privatización de las escuelas a partir de la política de bonos; Investigar las ideologías presentes en la política de bonos; El artículo se divide en tres secciones, la primera tiene como objetivo explorar el proceso de construcción de la propiedad privada; el segundo para entender cómo las políticas de bonificación favorecen la privatización de la educación; el tercero expone los castigos educativos. La epistemología de este artículo se basa en el materialismo histórico dialéctico.

Palabras clave: Propiedad privada. Política de bonificaciones. Castigo.

Abstract: This paper analyzes how the privatization process of public education occurs in Brazil. As a general objective we will analyze the privatization of education anchored in three elements, privatization, the bonus policy and educational punishments. The specific objectives are: To understand how the process of school privatization occurs from the bonus policy; Investigate the ideologies present in the bonus policy; The article is divided into three sections, the first aims to explore the process of construction of private property; the second to understand how bonus policies favor the privatization of education; the third exposes educational punishments. The epistemology of this article is based on dialectical historical materialism.

Keywords: Private property. Bonus policy. Punishment.

Introdução

A investigação é de imprescindível importância para a análise dos elementos que compõem o processo de privatização e ataque que a educação pública vem sofrendo no Brasil. Esse ataque envolve uma totalidade de agentes sociais distintos, fora e dentro da escola, e dos sistemas de ensino perpassando interesses mercadológicos que veem a educação como uma mercadoria, é próprio do sistema capitalista, pois como disse Marx: “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 2014, p. 57).

O excesso de trabalho, os ataques às normas e ao currículo da instituição escolar, a incompreensão sobre o papel da escola, a desvalorização cultural e salarial do professor e o ataque ao plano de carreira, bem como, a escassez de força de trabalho com falta de professores e outros profissionais, falta de merenda escolar, falta de transporte escolar para os alunos necessitados, falta de infraestrutura escola, como ar-condicionado, quadros, pincéis que estão em estreita ligação com a falta de recursos financeiros, de materiais elementares, e uma estrutura física quase sempre precária.

Diante de tantos elementos, primordiais para a organização da instituição, os defensores do privatismo – articulado com a mídia – oferecem como solução a *criatividade*. Assim, a instituição de maneira individual deve buscar formas de solucionar seus problemas com os recursos que possuem, através de festas, rifas ou trabalhos dos alunos. Esse movimento teve início na década de 1990 com o Programa Amigos da Escola.

Convém mencionar, porém, que geralmente, tais escolas não possuem condições de realizar eventos para angariar fundos visto a sua vulnerabilidade e a precarização do público. Decorrente dessa vulnerabilidade, essas escolas não alcançam os melhores índices e, por isso, não conseguem ter acesso às políticas de bonificação.

Nesse aspecto, tais instituições sofrem um processo de punição que culmina com o fechamento de escolas. cujos recursos passam para empresas privadas, e os professores e equipe administrativa são punidos com demissões e humilhações em redes sociais, pois está pertence a uma das categorias das políticas de bônus.

No Brasil, pode-se caracterizar o momento atual das políticas educacionais de avaliação como sendo de segunda e terceira gerações. O Ideb consiste, em importante instrumento para a instituição de mecanismos de *accountability*, pois seu resultado é divulgado por escolas, municípios e estados e vem sendo utilizado por redes estaduais e municipais de ensino, como critério para premiação e punição das escolas e dos sujeitos nela envolvidos. (SILVA, 2016, p. 514)

Este artigo fundamenta-se na epistemologia do Materialismo Histórico-Dialético (NETTO, 1985). A escolha deste método orienta que o objeto não pode ser compreendido isoladamente, pois as relações sociais fazem parte de um movimento que compõe uma totalidade.

Portanto, nosso objetivo geral deste artigo é: Analisar a tríplice da educação composta por privatização, política de bonificação e castigos. Os objetivos Específicos são: Compreender como ocorre

o processo de privatização escolar a partir da política de bonificação; Investigar as ideologias presentes na política de bonificação;

Os fatores presentes nesta tríplice levam a inúmeras consequências para os atores escolares, assim, surgem as principais questões norteadoras, primeiro; como ocorre o processo de privatização? Segundo: Por que a política de bonificação é uma das principais estratégias de privatização? Terceiro: Qual o motivo por detrás dos castigos educacionais?

O movimento privatista na educação é realizado por meio de reformas governamentais instituídas com parcerias entre o público e o privado e com a implementação de uma política de privatização que utiliza a bonificação como um cavalo de Troia. Assim, enquanto a beleza do cavalo de madeira ilude trabalhadores com premiações irrisórias como televisões, viagens e pagamentos pecuniários, oferece em troca a precarização do ensino com a redução curricular para atender as exigências do mercado.

Ademais, precariza a formação, reduzindo o papel do educador ao de treinador para testes padronizados e o sucateamento das escolas, privando as instituições de recursos, ou privilegiando umas em detrimento de outras. Finalmente, obriga as instituições a se adequarem aos parâmetros estabelecidos, engendrando punições para aqueles que não alcançam as metas estipuladas nos testes padronizados. Assim, sustentamos que o ataque às escolas públicas é composto por um tripé que passa pela privatização, políticas de bonificação e as punições às escolas, professores e alunos.

O contexto da privatização

A privatização é trabalhada por diferentes pontos de vistas nas obras Engels, contudo, todas possuem o mesmo pressuposto, que propriedade privada é a essência do capitalismo, pelo fato de separar o trabalhador do seu meio de produção e entregá-la a uma classe não trabalhadora, assim, criando uma submissão da classe trabalhadora a classe proprietária dos meios de produção que foram produzidos pelos próprios trabalhadores, assim, ligando ao segundo ponto, que é a propriedade privada como roubo. De acordo com (MARX, 2010, p. 5)

Se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada? Por meio de minha propriedade privada não estou excluindo todo e qualquer terceiro dessa propriedade? Não estou, portanto, violando seu direito à propriedade?

Além da propriedade privada ter suas raízes no ato de rapinagem, como guerras, falsificação de posses, revoluções e reformas, Marx lança a questão: Se remover bens materiais da propriedade privada de alguém for roubo, se apropriar da propriedade privada de outrem através do roubo sangrento também é considerado roubo? Além disso, o autor lança a contrariedade burguesa, onde ela preza pelo direito de propriedade privada/roubo/liberdade, mas ao mesmo tempo nega a sociedade o direito de propriedade privada/roubo/liberdade, pois, para a burguesia, o direito de exercer violência nos padrões

da legalidade somente cabe a ela e não a classe oprimida. Portanto Marx (2013) informa que a violência é parteira da sociedade capitalista, e violência é uma potência econômica.

Engels (2015) em seu trabalho *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* nos traz um avanço histórico internacional das eras a partir da tese de Morgan no qual a sociedade se desenvolver a partir de uma sequência tripla, composta por Estado Selvagem, onde segundo Marcassa (2006) é o período onde o homem se apropriava da matéria bruta, ou seja, das matérias da natureza e os bens produzidos seriam destinados a apropriação desta matéria, a Barbárie, que de acordo com a autora se dá início ao cultivo da terra e a criação de gado, incluindo o trabalho humano, e por último a civilização, com introdução do minério de ferro, a complexação da produção humana e até da indústria.

Após concluir o estudo do desenvolvimento da sociedade Engels (2015) avança para o desenvolvimento da família através de estudos sobre os iroqueses, também presente na tese de Morgan. De acordo com Marcassa (2006), Morgan divide a história da família também em três partes, a primeira é a Família consanguínea onde o incesto era proibido, ou seja, excluía a possibilidade de interação sexual entre pares familiares. O segundo processo de desenvolvimento familiar ressaltado por Morgan segundo Marcassa (2006) é a Família Panaluana onde são excluídas as relações carnis entre irmãos e assim possibilitando a criação das categorias de primos e primas, segundo a autora, isso manifestou uma espécie de matrimônio entre as sociedades comunistas.

E por último e mais importante é a Família Sindiásmica, Marcassa (2006) afirma que neste modelo familiar, já é observado o matrimônio por pares, porém, com vieses de opressão feminina, pois, enquanto o homem tinha o “direito” de manter relações poligâmicas a mulher deveria permanecer fiel, além de ser severamente castigada caso quebrasse essa lei, tal modelo familiar possibilitou o desenvolvimento da família monogâmica de acordo com Engels (2015) e Marcassa (2006).

Marcassa (2006) assevera que a expressão família foi introduzida pelos romanos, onde o homem se equiparava ao rei de sua família e os filhos, mulher e escravos como seu povo e que tal poder é denominado patriarcado que também é a mediação que possibilitou a transição entre Família Sindiásmica e Família Monogâmica, e para Engels (2015) tal transição representou a derrota mundial da mulher.

Marcassa (2006) afirma que a monogamia, não é uma relação de amor, mas uma relação econômica, e que representa a derrota da propriedade comum primitiva e a ascensão e fixação da propriedade privada, pois, ela continuará a existir a partir de um laço consanguíneo que objetivará aumentar mais ainda a posse de propriedade a partir de relações não de amor, mas econômicas juntamente com a opressão do sexo feminino, onde a mulher se torna uma espécie de moeda e garantia para a obtenção de mais propriedade e a partir da procriação a permanência dessa propriedade.

Para Engels (2015) a primeira grande divisão que ocorreu na sociedade não foi a divisão de classes e trabalho, mas sim a divisão de sexos, ou seja, a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. Porém, após todos estes eventos de opressão, de sexo e classe, indubitavelmente, as relações sociais entraram em conflito e de acordo com Marx (2010) sempre houve antagonismos de classes com a

opressão de uma à outra que inevitavelmente levou ao seu fim, como na sociedade grega ou feudal. Assim, surge o Estado, com fins de amenizar conflitos de classe. De acordo com (MARCASSA, 2006, p.90)

O Estado caracteriza-se, pois, pelo agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial; é a instituição de uma força pública que não se identifica com o povo, ao contrário, pode ser exercido contra o povo; para o seu sustento são exigidas contribuições por parte dos cidadãos; estes, divididos em classe, fazem pressão sob o poder público em nome dos seus interesses, todavia, como o Estado nasceu da necessidade de conter e administrar os antagonismos de classe, ele é, via de regra, representante da classe mais poderosa, ou seja, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte, também em classe politicamente dominante e adquire, assim, meios de repressão e exploração da classe oprimida, meios esses que reproduzem a ordem social estabelecida.

O Estado nada mais é que um dos aparelhos legitimadores de perpetuação do poder da classe burguesa, ou seja, o Estado vira uma espécie de “direito” de dominação mediador, como por exemplo a lei dos cercamentos, caso a burguesia deseje desocupar uma área povoada com centenas de camponeses, basta somente solicitar ao Estado que ele atenderá ao seu desejo através de coerção violenta através dos sistemas repressivos como leis e a polícia.

Dessa forma, a atual perpetuação do sadismo voraz que os desprovidos de propriedade, educação e principalmente a mulher sofrem, se deve a uma trílice formada por Família Monogâmica, Estado e Propriedade Privada, pois, todos são pilares que sustentam a atual sociedade violenta. Engels (2015) afirma que o fim da propriedade privada levará a libertação da mulher e até o fim desta trílice, porém, atualmente enfrentamos um grande desafio, onde, a classe burguesa, implantou a ideia de que propriedade privada significa liberdade, assim, além dos diversos desafios como o Estado e opressão masculina, atualmente temos que desmistificar tais dogmas estabelecidas na sociedade capitalista.

A Política De Bonificação e a Privatização Da Educação

Nascimento (2014) nos traz um contexto específico no qual a política de bonificação se ergueu e se fixou, no caso, a bonificação de trabalhadores da educação surge em um período de pseudocrise da educação criado por amostras polarizadas e sofismas reforçadas por empresariados e incentivadas por organizações internacionais que realizam ajustes no Estado como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), dessa forma, a educação passou a adotar a bonificação de trabalhadores, que segundo (NASCIMENTO, 2014, p. 36) não visa somente hierarquizar e repassar bônus para professores e escolas em detrimento de outras, mas também os próprios recursos para empresários e instituições privadas.

O Estado neoliberal utiliza o fundo público para construir as condições objetivas para acumulação capitalista. Sobre isso Teixeira (1998) nos mostra que o Estado se apropria dos recursos públicos, provenientes dos impostos e redistribui para empresas na forma de investimento. O estado redistribui de forma desigual o fundo público, privilegiando o setor privado em detrimento do público. Assim, o financiamento das políticas educacionais passa a contar com recurso escasso e padece em termos qualitativos.

A crise da educação passa a ser verdadeira a cada dia com o adentrar do empresariado e das empresas privadas na educação pública, pelo fato de realizarem operações antiéticas, pois, sabemos que o financiamento da educação pública advém de impostos recolhidos dos cidadãos, assim, são merecedores de uma educação de qualidade, contudo, a burguesia molda a crise da educação pública movendo recursos públicos para escolas privadas, concretizando a mistificação de que a escola privada possui melhor qualidade do que a pública, porém, não ressaltam que a escola privada é financiada por dinheiro público. Assim, vendo esse desrespeito com a sociedade que trabalha duro para receber uma educação de qualidade, (NASCIMENTO, 2014, p. 51/52) afirma que:

A política de bonificação é a negação das reivindicações históricas da classe trabalhadora, vem com o propósito de promover a qualidade da educação, entretanto está totalmente comprometida com os interesses da classe burguesa, haja vista que permite ao Estado acumular capital, por meio de trabalhadores mal remunerados, em escolas precárias, salas com 30, 40 e até 50 alunos promovendo uma educação de baixo custo. Dessa forma o Estado economiza muito.

De acordo com Mourão (2006), vivemos em uma sociedade de Estado Mínimo, ou seja, o Estado é mínimo para as reivindicações dos trabalhadores, mas ele é máximo para as reivindicações dos empresários e da sociedade burguesa, dessa forma, a política de bonificação é considerada uma política de Estado mínimo, pois, as escolas não recebem nem o mínimo para se manterem de portas abertas, o mínimo é ofertado pela política de bonificação que busca que os professores e alunos sobrevivam a um ambiente precário, e que mesmo assim, produzam produtos de qualidade, no caso, educação de qualidade, dessa forma, torna-se claro que muitas escolas não conseguem trabalhar assim, e acabam por fechar suas portas e privatizar o ensino. Tal precarização é proposital, pois, a precarização é a medicação para a privatização. De acordo com (SILVA, 2021, p. 23):

Entendemos que, as implicações e consequências de ordem material ou simbólica dessa política, tendo a ideologia da meritocracia como cerne ideológico que compõe esse processo, permite também que sejam construídas, as justificativas para “a privatização das escolas que fracassem em ensinar seus estudantes” (FREITAS, 2016, p. 143), reforçando o discurso de desqualificação da educação escolar pública, onde observamos de forma cada vez mais crescente, uma qualidade baseada exclusivamente em indicadores numéricos de proficiência, cujos processos de responsabilização recaem exclusivamente sobre docentes e gestores.

Assim vemos como é violento e sádico o processo de privatização das escolas que seguem esta linha. Primeiro, cortam recursos das escolas as deixando sobre a própria sorte em uma sociedade onde as escolas públicas se localizam em locais predominantemente violentos denominados áreas vermelhas. Segundo o apunhalar da qualidade, onde os testes padronizados baseados em português e matemática estreitaram o ensino excluindo matérias como ciências, geografia, história e temas transversais. E por último o fracasso escolar onde os professores, gestores e alunos são vistos como criminosos que desperdiçam dinheiro público e, portanto, merecem ser punidos. Porém, este é o processo de introdução da educação à lógica do mercado a partir de movimentos dos empresários, como afirma (SILVA, 2021 p. 133)

Esta mobilização, associada aos diversos mecanismos de empresariamento da educação, corrobora o processo de privatização da escola pública, na medida em que abre espaço para a captação e aproveitamento do potencial de atores sociais não estatais, intensificando a inserção da lógica do privado na escola pública. A busca da responsabilização dos atores escolares e o fomento de formas de gestão calcadas no ideário neoliberal promovem um esvaziamento do processo educativo que passa a ocorrer segundo a visão liberal de cidadania, contribuindo com a internalização de valores, atitudes e visão de mundo alinhados à reprodução do capital.

Vemos uma mobilização mundial do capital não somente para roubar a educação a partir da privatização, mas também de impor a lógica do mercado a educação a fim de utilizá-la de maneira dual, ou seja, formar mão de obra qualificada para atender as demandas do capital e manter os salários baixos a partir de um mercado de trabalho altamente qualificado e como aparelho ideológico do Estado, ou seja, utilizar a educação como meio de perpetuar a ideologia de naturalidade entre dominador e dominado. Porém, tal processo já está garantido a ser instalado no Estado do Amazonas, como assevera (SILVA, 2021, p. 247):

O processo de privatização da educação no estado do Amazonas, segue materializando a agenda do BID, que defende e estimula por meio do PADEAM as parcerias público privada (PPP), impondo um modelo de gestão orientada por resultados, subsidiados pela responsabilização e a testagem em larga escala dos alunos, demonstra o alinhamento e rendição da SEDUC/AM, a partir de um consentimento ativo e alinhando aos interesses do capital financeiro, cujo resultado é a “[...] destituição da natureza estatal dos sistemas públicos educativos, com vistas a ampliar o campo para os negócios educacionais” (ADRIÃO, 2017, p.13).

Para Silva (2021) é uma batalha perdida pelo fato de que cada vez mais o empresariado está chegando ao poder educacional e alterando o trabalho do molde educativo para o capital. Em sua tese o autor mostra as influências do BID, e de alguns empresários que chegaram ao topo da gestão da SEDUC/AM, assim, o processo de privatização já começou, portanto, o processo vai continuar até a completa instauração da lógica do mercado e da privatização nas escolas públicas do Amazonas, e em pouco tempo, teremos uma imensa quantidade de privados de educação e uma pequena quantidade de privilegiados com a educação sustentados pelo dinheiro público.

O Castigo

A política de bonificação não somente vem acompanhada de recompensas para aqueles que se destacam, elas vêm seguidas de castigos para aqueles que não alcançam as metas estipuladas. Tais castigos seguem a linha behaviorista, ou seja, causa e efeito, se a escola e o corpo de professores fazem coisas que agradam ao avaliador recebem recompensas, se fazem coisas que desagradam o avaliador, recebem castigos. Contudo castigos podem seguir diferentes linhas teóricas e ideológicas, como vemos no trabalho de (MARX, 2011, p.201) *A Sagrada família*:

Essa teoria da pena, que une a *jurisprudência à teologia*, esse “mistério revelado do mistério”, é exatamente a teoria penal da Igreja *católica*, exposta de maneira bem estendida já por *Bentham* em sua obra “Teoria das penas e das recompensas”. Do mesmo modo, *Bentham* demonstra a ineficácia moral das penas atuais na obra referida. Ele chama os castigos infligidos pela lei de “*paródias judiciais*”.

Cabe ressaltar que tais punições eram dirigidas a criminosos pretendendo expiar o pecado, assim, vemos que tanto na metafísica quanto na psicologia behaviorista haviam falhado, como podemos observar no trabalho de Araújo (2014) onde a autora trabalha sobre o desempenho e recompensas e aponta como a teoria já foi refutada pelos dados empíricos.

Dessa forma, é entendido que as penas não somente visam castigar, mas também reorientar e ameaçar, o que (MARX, 2011, p. 201) chamou de educar:

O que incomoda Rodolfo, o homem da Crítica pura, na criminalística profana é o trânsito demasiado rápido do tribunal ao cadafalso. Ele, pelo contrário, quer unir a *vingança* sobre o criminoso com a *expição* e a *consciência do pecado* do criminoso, a pena corporal com a pena espiritual, o martírio corporal com martírio incorpóreo do arrependimento. A pena profana deve ser, ao mesmo tempo, um meio educativo cristão-moral.

Na bíblia sagrada, em levítico, podemos observar a expiação do pecado através de sacrifícios de animais e alimentos (propriedade), contudo, na sociedade capitalista a expiação do pecado efetiva-se através do sacrifício humano e com a propriedade, no entanto, é exatamente isso o que Marx crítica, no qual, tal expiação não visa somente “purificar” a alma do homem do pecado ela visa também se vingar, através do sadismo para causar arrependimento, pois, somente o sofrimento mais insano poderia fazer o homem se arrepender de algo, porém, o arrepender-se não está literalmente ligado ao não fazer, ele somente diminui a probabilidade da ação voltar-se a repetir.

Tais penas prisionais foram parar nas escolas, principalmente escolas tradicionais, onde os alunos eram tratados como criminosos e mesmo sendo crianças eram torturados até o sangue manchar o chão! A semelhança das escolas com as prisões pode ser identificada na obra de Foucault *Vigiar e Punir*, no qual cita tais expiações de pecados religiosos logo no início do livro. Portanto o sadismo da educação não se findou com a educação tradicional, ela está presente na educação tecnicista, mas ao invés de derramar sangue, ela derrama lágrimas, objetivando fazer as escolas se arrependerem por não proporcionar os resultados que o empresariado tanto desejava.

Marx nos traz uma tabela de recompensas e punições cabe analisá-la:

TABELA I

TABELA DA JUSTIÇA CRITICAMENTE COMPLETA	
JUSTIÇA VIGENTE	JUSTIÇA CRITICAMENTE COMPLEMENTÁRIA
<i>Nome: Justice Criminelle</i>	<i>Nome: Justice Verteuse</i>
<i>Símbolo: Segura na mão uma espada, a fim de diminuir os maus em uma cabeça</i>	<i>Símbolo: segura na mão uma coroa, a fim de aumentar os homens em uma cabeça</i>

<i>Objetivo:</i> castigar o mal, prisão, infâmia, privação da vida. O povo experimentar o terrível disciplinado mau.	<i>Objetivo:</i> recompensar o bem, mesa posta, honra, manutenção de vida. O povo experimenta o assombroso triunfo do bem.
<i>Meios para descobrir os maus:</i> espionagem policial, agentes secretos encarregados de espionar os maus.	<i>Meios para descobrir os bons:</i> espionagem de vertu, agentes secretos encarregados de espionar os virtuosos.
<i>Como decidir se alguém é mau:</i> les assises du crime, sessões para os crimes. O ministério do acusado e os denuncia à vingança pública.	<i>Como decidir se alguém é bom:</i> assises de la vertu, sessões para a virtude. O ministério público assinala as ações nobres do acusado e as denuncia ao conhecimento público.
<i>Situação do criminoso depois da sentença:</i> ele se acha sob a <i>surveillance de la haute police</i> . É alimentado na prisão faz gastos com ele.	<i>Situação do virtuoso depois da sentença:</i> ele se acha sob a <i>surveillance de la haute charité morale</i> . É alimentado em sua casa. O Estado faz gastos com ele.
<i>Execução:</i> o criminoso sobe ao <i>cadafalso</i> .	<i>Execução:</i> justo em frente ao cadafalso do criminoso ergue-se um <i>pedestal</i> , sobre o qual é entronizado o <i>granal homme de bien</i> ... um <i>pelourinho da virtude</i>

FONTE: (MARX, 2011, P. 212)

Primeiramente o ponto da justiça se dividia em dois, o criminoso e o virtuoso. Para o criminoso não havia outra saída senão a morte, a partir do momento em que havia uma suspeita iniciava-se a espionagem, assim seguia-se a linha, prisão, tortura e por fim privação da vida, contudo apesar do objetivo ser este na tabela, fica nítido que havia o intuito de dar exemplos, ou intimidar o povo para que não cometessem os mesmos crimes, a pena estava sobre o critério do Estado e da Igreja.

Sobre o virtuoso, recebia como recompensa, por ironia, o direito à vida, ou seja, o direito a subsistir como receber alimentos por parte do Estado, e assim, como a punição havia o intuito de servir de exemplo, a recompensa também possuía o intuito de dar o exemplo, portanto, o Estado e a Igreja incentivavam a denúncia, isto é, incentivava botar um pobre contra o outro, não somente com o intuito de separar a classe social, mas causar os privilégios de um em detrimento dos outros.

Nas políticas de bonificação as principais punições podem ser observadas no trabalho de Pina (2014) no qual realiza ampla crítica das políticas de bonificação dos Estados Unidos, local onde, as políticas estão tão desenvolvidas que mal existem instituições de ensino público. Dessa forma, a empresa privada Fundação Itaú pretende que o Brasil se espelhe nos Estados Unidos. Como afirma (PINA, 2014, p. 90)

Apoiando-se na “Reforma de Nova Iorque”, a Fundação defende um sistema de avaliação o qual devem constar sanções e incentivos baseados nos resultados de aprendizado, já que, na sua visão, o sucesso da “Reforma de Nova Iorque” estaria atrelado a esse elemento. Destaca-se que, no caso de Nova Iorque, além “[...] de demitir diretores cujas escolas não apresentam progresso, a secretaria pode demitir uma equipe escolar inteira e reabrir o prédio escola com um novo nome e um novo

quadro de profissionais” (ITAÚ SOCIAL, 2012, p.44) Na visão da FIS, essa possibilidade é positiva por considerar a ameaça de fechamento pode, e muitos casos, ser um “incentivo” para equipes escolares reorganizarem e conseguirem “dar a volta por cima”.

A semelhança entre a teoria das penas e recompensas e do behaviorismo que mesmo sendo refutadas continuam a perdurar, no caso os criminosos (gestores e equipe escolar) são humilhados nos sites do governo tendo seus resultados divulgados, e sendo condenados à morte (demitidos), pois, perdem sua subsistência e os virtuosos recebem comida do Estado (condições de subsistência). No Brasil, estamos quase lá, pois, a associação sem fins lucrativos Parceiros da Educação que realizam parcerias público privadas nas escolas Brasileiras, também apoiam as punições. De acordo com (PINA, 2014, p. 91)

Em linhas gerais, a defesa dos Parceiros da Educação sintetiza-se no entendimento que a forma como se configura a carreira docente no Brasil é problemática porque não “estimula” adequadamente o aumento do desempenho dos alunos. Estabilidade, dificuldade para demitir aqueles que não se enquadram no perfil desejado e, ainda, falta de punições diante do absentismo, são, para o organismo, alguns dos elementos a serem revistos.

Neste ponto, entram diversas outras categorias, a primeira é a homogeneização do perfil dos educadores, assim como, as demais empresas privadas buscam um único perfil de educador excluindo a diversidade, e nesta homogeneização não somente está incluído a formação e as competências, mas também a questão de gênero e racial.

Vale ressaltar, ainda, que a estabilidade do professor, elemento duramente atacado pelas organizações empresariais, não é uma garantia de emprego para toda a vida, mas uma proteção contra ser demitido por todos os tipos de razões dúbias e, inclusive, não meritocráticas, tais como: por ser negro ou por sua religião, por ser homossexual, por sua opção política ou, simplesmente, para que sejam empregadas pessoas indicadas pelos gestores superiores (PINA, 2014, p. 93 apud RAVICTH, 2011)

De acordo com a burguesia, os professores não devem ter estabilidade empregatícia, pois, isso relaxa os profissionais diminuindo a sua performance, quando na verdade, o que diminui a performance são as condições precárias de trabalho. E por último a falta de punições, assim, como Marx (2011) via o caráter educativo e exemplar que a punição proporciona, às instituições privadas também enxergam isso, ou seja, punir para o profissional trabalhar até suas últimas gotas de estamina se esvaírem. Dessa forma, a falta de estabilidade, falta de salário, mais punições acarretam diversas doenças que são desenvolvidas pelos professores e até mesmo pelos alunos pelo ambiente de trabalho caracterizado por (PINA, 2014, p. 93) como hostis:

Segundo Ravicth (2011), avaliar professores pelo desempenho dos alunos e, ainda, utilizar avaliações em larga escala para demitir ou ameaçar os professores, difunde a cultura do medo na escola, contribuindo para o desenvolvimento de doenças relacionadas a ambientes de trabalho hostis.

Concluimos que por detrás das punições das políticas de bonificação que funcionam como um cavalo de Tróia são mais sádicas do que pensamos, pois, não somente visam privatizar a educação, objetivam também trazer sofrimento a todos os que estão ocupando a escola pública, como se fosse uma

espécie de extermínio sinistro. Por fim, cabe elaborar a própria tabela da “justiça criticamente completa” inspirada em Marx (2011).

TABELA II

TABELA DA JUSTIÇA CRITICAMENTE COMPLETA DA POLÍTICA DE BONIFICAÇÃO	
PUNIÇÃO	RECOMPENSA
<i>Símbolo:</i> Segura na mão uma carta de demissão a fim de diminuir as notas ruins.	<i>Símbolo:</i> Segura na mão uma bonificação a fim de aumentar as notas boas.
<i>Objetivo:</i> Punir o que não alcança a meta, privar de propriedade, demitir, deixar doente, desempregado e desesperado. A educação experimenta o sadismo.	<i>Objetivo:</i> Recompensar o que alcança a meta, dar mais alguns meses de emprego, dois dias de férias, e dinheiro para comprar comida. A educação experimenta o assombroso fenômeno que é receber recursos.
<i>Meios para descobrir os maus:</i> Mandar fiscais para escolas ruins, para averiguar a aplicação de testes padronizados e impedir fraudes.	<i>Meios para descobrir os bons:</i> Mandar fiscais para as escolas boas, para averiguar a aplicação dos testes padronizados.
<i>Como decidir se alguém é mau:</i> A partir dos resultados dos testes.	<i>Como decidir se alguém é bom:</i> A partir dos resultados dos testes
<i>Situação do criminoso depois da sentença:</i> É humilhado em sites do governo, não recebe mais recursos, direitos e estabilidade.	<i>Situação do virtuoso depois da sentença:</i> Recebe homenagens nos sites do governo, garantia de mais alguns meses de emprego até o próximo teste, e mais alguns pincéis para lousas.
<i>Execução:</i> é condenado a privação de viver a partir da demissão.	<i>Execução:</i> ganha o direito de viver por mais alguns meses.

FONTE: Elaborado pelo autor, (2022).

Considerações Finais

A partir do estudo elaborado tornou-se possível uma compreensão da totalidade dos fatos que permeiam o âmbito educacional formado pela tríplice Propriedade Privada, que vem avançando desde as relações matrimoniais com a opressão feminina como o principal pilar, e atualmente tal expansão da propriedade privada não somente chegou no ramo educacional, mas também até no pensamento com a reivindicação de direitos autorais de artigos pagos.

A segunda fonte de sofrimento educacional origina-se no avanço da Propriedade Privada a partir da política de bonificação como um dos principais pilares de privatização educacional, que também utiliza uma ferramenta que são os testes padronizados, desencadeando assim, um processo em que se cria uma ferramenta para uma ferramenta, no qual o Estado desempenha o papel ferramenta para a privatização, pois é um objeto de mediação entre a aplicação do teste e o empresariado.

E por fim, os castigos resultantes dos testes. É necessário averiguar que até mesmo para os que passam nos testes sofrem consequências como a síndrome de burnout, ou seja, o cansaço mental, o desgaste emocional e o estresse. Além das outras doenças como ansiedade e depressão, pelo esforço que é se adequar aos testes padronizados.

Mesmo que as escolas sobrevivam a estes testes, uma hora vão tropeçar, pelo fato de ser totalmente impossível se adaptar a esse bombardeio de provas que ocorre todos os anos, e a cada ano surge uma nova política de bonificação seguido de um novo teste, dessa forma, menos tempo para se preparar e planejar, resultando no fracasso educacional, concomitantemente os recursos para a educação sofrem mais desvios e mais cortes, sendo assim, menos escolas serão contempladas pelas políticas, tornando inevitável a total privatização da educação, mesmo que este processo seja lento.

Referências:

- ARAÚJO, Caroline Silva et al. Desempenho e recompensa: as políticas das secretarias estaduais de educação. 2014.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado:** em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Trad. Nélio Schneider. [1884]. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015. (Marx-Engels)
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 379-404, 2012.
- MARCASSA, Luciana, Friedrich Engels. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. **Revista de Educação**, v. 9, n. 9, 2006.
- MARX, KARL. Revelação do mistério do direito. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família ou a crítica da crítica crítica:** contra Bruno Bauer e consortes. Trad. E Notaas Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, karl. **O capital:** crítica da economia política: Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 33ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. [1867]. Trad. Rubens Enderle. São Paulo : Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Os despossuídos:** debates sobre a lei referente ao furto de madeira. [1842]. Trad. Nélio Schnneider. São Paulo: Boitempo, 2010. (Col. Marx-Engels). (2010)
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica:** inclui as cartas de Marx a Ruge publicadas nos Anais Franco-Alemães. [1843]. Trad. Nélio Schneider e Wanda Caldeira Brant. São Paulo : Boitempo, 2010. (Col. Marx-Engels). (2010)
- MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **A fábrica como espaço educativo** / Arminda Rachel Botelho Mourão. – São Paulo : Scortecci, 2006.
- NASCIMENTO, Lisa Camila do. **Qualidade total e política de bonificação:** uma análise da política educacional implantada pela secretaria de estado de educação e qualidade do ensino (Seduc) no município de Manaus. Orientadora: Arminda Rachel Botelho Mourão. 2014. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2014.
- NETTO, José Paulo. **O que é Marxismo.** 4ª edição, 1985 editora Brasiliense, SP.

PINA, Leonardo Docena. Empresários e responsabilização educacional: ensaio sobre a atuação de novos intelectuais coletivos. **Germinar: Marxismo e Educação em Debate**, v. 6, n. 1, p. 88-97, 2014.

DA SILVA, Andréia Ferreira. Políticas de accountability na educação básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 32, n. 2, p. 509-526, 2016.

SILVA, Josemar Farias da et al. A política de gestão, responsabilização e testagem na rede estadual de ensino do Amazonas: a imposição à lógica de mercado. 2021.

Notas

¹ Mestrando em educação na Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Graduado em Pedagogia (Ufam). Pesquisador do Grupo Gênero Trabalho e Educação (UFAM). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3257736419647600> . Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4658-8519> . E-mail: williamdefariasufam@gmail.com .

² Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora titular da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. Exerceu a função de Pró-Reitora de Assuntos Comunitários. Foi diretora da Faculdade de Educação (2006 a 2014). Foi Presidente da Associação de Professores do Estado do Amazonas e da Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Educação/Faced/Ufam nos períodos de 2005-2007 e 2014 a 2018. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3864748731992379> . Orcid: <http://orcid.org/0000/0002-1940-9477> . E-mail: armanda.mourao@ufam.edu.br .

Recebido em: 12 de set. 2023
Aprovado em: 30 de ago. 2024